



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar
de Educação e Ciência

Assunto: Audição da Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre medidas a tomar para combater o impacto da inflação junto dos estudantes

Em agosto do corrente ano, a taxa de inflação homóloga (ou seja, em relação a agosto de 2021) atingiu os 8,94%, o valor mais alto em trinta anos. É preciso recuar a julho de 1994 para encontrar um mês em que a subida dos preços tenha sido tão acentuada. A inflação torna-se num problema económico e social quando causa perda generalizada de poder de compra, sobretudo face ao aumento do preço dos produtos essenciais, e distorce as cadeias de abastecimento. A verdade é que o galopar dos preços e empobrecimento generalizado junto de quem vive do seu trabalho contrasta com a realidade do setor empresarial privado. Em Portugal, as empresas do antigo PSI-20 vão entregar aos acionistas perto de 2,5 mil milhões de euros em 2022, por conta dos lucros de 2021. É um valor recorde, que se traduz também no aumento dos salários (nas suas várias componentes) das administrações das grandes empresas portuguesas. Em 2021, a variação da remuneração das comissões executivas dos conselhos de administração foi de 47%, sendo que os seus presidentes receberam em média mais 89%.

A atual crise da inflação, sem resposta cabal nas várias medidas com truques que o Governo apresentou, atinge consequentemente os estudantes do Ensino Superior e as suas famílias. A par disso, a crise que

a especulação imobiliária já tinha criado na procura de quartos por parte dos estudantes deslocados agrava-se com o escalar dos valores de renda exigidos pelos proprietários.

Ao contrário de outros países, o alojamento estudantil público em Portugal nunca acompanhou o aumento do número de estudantes a ingressar no ensino superior. Apenas 15% dos estudantes deslocados têm oferta pública de alojamento nas cidades onde estudam.

Segundo vários órgãos de comunicação social, a procura de quarto por parte de estudantes desde o início de setembro tornou-se um verdadeiro pesadelo, agravado pelo anúncio dos representantes dos proprietários, de que não iriam colocar quartos para arrendar a estudantes em retaliação dos proprietários contra a medida da criação de um teto máximo no aumento das rendas em 2023 (2%).

Apesar do governo do Partido Socialista ter anunciado várias vezes investimentos para a construção de residências estudantis, a verdade é que esse programa está muito atrasado e sem resultados visíveis a tempo e horas. A atual situação exige do Governo respostas rápidas e eficazes no que toca ao reforço da Ação Social, aos vários apoios que os estudantes devem contar de forma a combater o poder de compra e o aumento do valor das rendas.

Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição da Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A deputada do Bloco de Esquerda,

Joana Mortágua

14 de setembro de 2022.